

Dívida interna líquida

Estimativa de juros reais sobre a dívida interna líquida

US\$ MI DEZ/90

	Div. mobil. Fora do Bco Central	Dívida Bancária	Deps. em Cruzados Novos	Outros	Total	Abertura por esfera de governo		
						Gov. Fed. e Bacen	Govs. Est. e munic.	Empresas Estatais
1991 Jan	290	327	21	-95	543	66	364	114
Fev	-1 317	-1 071	-1 244	178	-3 455	-1 745	-1 097	-614
Mar	313	382	193	463	1 351	267	376	708
Abr	500	601	356	16	1 474	449	600	425
Mai	285	491	262	55	1 094	301	409	383
Jun	-100	58	-301	-182	-525	-332	-71	-123
Jul	-192	12	-719	-209	-1 108	-731	-191	-187
Ago	31	427	-782	-205	-528	-726	104	93
Set	-113	167	-764	-293	-1 003	-817	-65	-121
Out	77	588	-938	-463	-735	-822	152	-65
Nov	1 285	1 716	418	366	3 785	1 033	1 502	1 250
Dez	1 111	1 608	159	261	3 140	708	1 314	1 119
Acumulado	2 170	5 306	-3 338	-106	4 032	-2 349	3 398	2 982
1992 Jan	581	1 071	-218	-64	1 371	86	730	554
Fev	946	1 217	113	162	2 438	696	904	838
Acumulado	1 526	2 289	-105	98	3 808	783	1 634	1 392

Fonte: Banco Central. Elaboração: Área de Sistema Financeiro do IESP.

Política de juros altos eleva dívidas dos estados

Sandro Silveira

O Instituto de Economia do Setor Público (Iesp) demonstra que estados, municípios e empresas estatais são os que mais sofrem aumento de dívidas com a política de juros altos praticada pelo Banco Central desde outubro do ano passado.

O órgão do governo paulista explica que “a carga de juros reais concentra-se nessas três entidades” porque elas “não contam com as formas menos onerosas de financiamento do Governo central, como a emissão e os Depósitos Especiais Remunerados. Assim, os juros elevados agravam desajustes financeiros dessas esferas e os conflitos federativos”, conclui o Iesp.

Este não é o único alerta lançado pelo Iesp em suas publicações. O instituto esclarece que “embora não tenha origem fiscal, a expansão da dívida mobiliária implica maior carga de juros reais, ameaçando as metas de déficit operacional. Além disso, se este processo persistir, a tendência é prejudicar a recomposição do financiamento público e recri-

ar a ciranda financeira”.

FMI — Nos dois primeiros meses do ano, apesar de a carga de juros sobre a dívida interna ter somado 3,8 bilhões, conforme estimativas preliminares do Iesp, a meta de déficit operacional negociada com o Fundo Monetário Internacional não foi comprometida. Isso ocorre, esclarece o instituto, porque aquele volume equivale a encargo anual de cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

O custo de tudo isso, entretanto, é alto para estados municípios e estatais. O Iesp observa que essas entidades “não têm controle sobre seu déficit, pois é o Governo Federal que controla a política monetária”. Apesar disso, o instituto considera ser possível “que esta situação seja modificada, dependendo dos termos da renegociação das dívidas estaduais e municipais, atualmente em curso”. A negociação não avança há um mês.

A tabela elaborada pela área de sistema financeiro do Iesp demonstra isso. O Governo Federal apresentou acúmulo de dívida interna da ordem de 783 milhões de dólares em janeiro e fevereiro,

depois de soma negativa de 1991. Os governos estaduais e municípios tiveram sorte bem diferente.

Depois de acumularem quase 3,4 bilhões de dólares à dívida interna ano passado, experimentaram mais 1,6 bilhão de dólares em apenas dois meses deste ano. Esse volume equivale a pouco mais de três vezes a soma do mesmo período de 1991. As estatais apresentam “falta de sorte” semelhante.

O Iesp, na tabela, apresenta uma estimativa da carga de juros reais incidente sobre a dívida interna líquida do setor público, segundo critérios compatíveis com a metodologia de cálculo do déficit operacional constante da carta de intenções acordada com o FMI em janeiro deste ano.

“A sistemática de cálculo à carga de juros mensais é a seguinte: para cada componente da dívida interna líquida estima-se, mês a mês, o montante dos juros nominais. Em seguida subtraem-se dos juros nominais a variação da dívida devido à correção monetária, pelo índice geral de preços centrado no dia 30, obtendo-se os juros reais no conceito operacional”.